



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quinta-feira	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,47% São Paulo	108.402 8/8 9/8 10/8 11/8	R\$ 1.212	R\$ 5,158 (+1,44%)	R\$ 5,322	6,76%	13,66%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68

TRIBUTOS

CNI critica Moraes e defende corte de IPI

Manifesto assinado por 25 federações e 30 associações do setor industrial afirma que liminar do ministro do STF que suspende a redução do imposto para proteger a Zona Franca de Manaus cria incerteza e dificulta a retomada econômica do país

» RAFAELA GONÇALVES

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um manifesto criticando a liminar concedida na segunda-feira, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que suspendeu parcialmente — pela segunda vez — a redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) promovida pelo governo. A diminuição do tributo ocorreu via decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL), que listava produtos a serem beneficiados com a queda, inclusive, alguns também fabricados na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Em decisão anterior, Moraes já havia determinado ao Ministério da Economia a não aplicação da redução de IPI nos casos que envolvem a ZFM. Segundo o manifesto da CNI, a liminar traz um ambiente de incertezas quanto ao recolhimento do imposto, adicionando dificuldades à retomada econômica, à geração de empregos e o combate à inflação. “A extrema urgência para a retomada da atividade econômica e a queda da carga tributária são indispensáveis para alavancar a atividade industrial, reduzir os preços pagos pelo consumidor e estimular os investimentos necessários para o desenvolvimento do país”, diz o texto.

O documento conta com a assinatura de 25 federações industriais e 38 associações, e foi divulgado ontem, no mesmo dia da carta pró-democracia organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que não contou com a assinatura da CNI.

O impasse sobre o IPI se arrasta desde maio, quando os primeiros decretos sobre o assunto foram suspensos. O ministro Alexandre de Moraes atendeu a um pedido do partido Solidariedade, que argumenta que o decreto prejudica a competitividade da Zona Franca, cujos produtos têm isenção de IPI. “A queda de braço é entre a bancada do Amazonas, que quer proteger a Zona Franca e a CNI, que defende a redução de IPI para o país todo”, explicou a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni, que afirmou que o setor produtivo ainda pode recorrer contra a decisão de Moraes.

Incentivos

Graças aos incentivos fiscais, ao longo dos anos, a ZFM se tornou um polo produtor de eletrodomésticos, motocicletas, bicicletas, TVs, celulares, aparelhos de ar-condicionado e computadores, entre outros bens.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, diminuir o IPI significa reduzir a competitividade da Zona Franca de duas formas. Primeiro, porque a isenção dada à região fica menos atrativa. Segundo, porque as empresas instaladas na região, apesar de comprarem insumos com alíquota zero, podem usufruir de créditos na aquisição de insumos de fora. “Esse crédito é correspondente à alíquota normal praticada. Quando se diminui a alíquota geral, diminui também o total de crédito aproveitável pelas empresas da ZFM”, afirmou.

Viana disse ainda que a reforma tributária, que tem duas

Divulgação/Site



Produção de motos em Manaus: empresas do polo temem perder competitividade se fabricantes de outras regiões tiverem imposto reduzido

propostas paradas no Congresso, evitaria este imbróglcio. “Em um contexto geral, a gente sabe que a carga tributária do Brasil é alta, e o setor industrial sofre muito com isso. A diminuição da carga para aumentar a competitividade da indústria brasileira é uma agenda histórica do setor.” O professor de economia do

Ibmec William Baghdassarian destacou as tentativas do governo de aumentar a competitividade da indústria e aplicar uma lógica de tributação mais justa, o que, segundo ele, validaria a necessidade da redução do IPI. “O Imposto de Renda, por exemplo, pode ser calibrado de acordo com quanto o contribuinte

ganha — é o que a gente chama de equidade. Já um imposto sobre consumo acaba sendo uniforme para todo mundo, fazendo quem ganha menos pagar mais, o que é indesejável para o regime tributário”, disse. Baghdassarian lembrou que, adicionalmente, estamos vivendo um momento de alta dos

juros, o que significa custo de captação de recursos mais elevado para as empresas. “Essa combinação de custo de capital caro e baixo investimento retrai a economia. Então, a tentativa do governo é a de abrir mão de um pouco da arrecadação para que a indústria possa voltar a produzir e a crescer”, acrescentou.

CONJUNTURA

Serviços mostram retomada desigual

» ROSANA HESSEL

Junho não foi um mês positivo para a produção industrial e para o comércio, mas foi mais favorável para o setor de serviços — o mais atingido pela crise provocada pela pandemia da covid-19 e o último a apresentar recuperação. No entanto, o segmento continua apresentando retomada desigual — e vem dando sinais de desaceleração.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços cresceu 0,7% em relação a maio. O dado ficou levemente acima das estimativas do mercado, de 0,5%. Enquanto isso, a produção industrial e o varejo apresentaram recuos de 0,4% e de 1,4%, respectivamente, no sexto mês do ano.

Após a divulgação da PMS, analistas ouvidos pelo **Correio** mantiveram as previsões para o crescimento do Produto Interno

Bruto (PIB) do segundo trimestre deste ano, com a maioria apostando em 0,8%. Vale lembrar que, no primeiro trimestre, o PIB brasileiro cresceu 1%.

Com o resultado de junho, o setor de serviços ficou 7,5% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, devido à volta das atividades presenciais. Dos cinco grupos de atividades pesquisadas, um teve queda: informação e comunicação. Os demais tiveram crescimento, mas o que mais emprega — o de serviços prestados às famílias, como restaurantes e hotéis — ainda está 6,1% abaixo do patamar pré-pandemia. No grupo de transportes, o segmento aéreo também não recuperou o nível de fevereiro de 2021 (está 6,2% abaixo), mostrando que a retomada continua desigual.

No acumulado do ano, o volume de serviços registrou alta de 8,8% e, na série sem ajuste sazonal, comparando com junho de 2021, foi registrada a 16ª alta consecutiva, de 6,3%.

Ed Alves /CB/D.A Press



Setor de transporte aéreo ainda está abaixo do nível pré-pandemia

Desaceleração

Um dado que chama a atenção na PMS é a tendência de desaceleração do setor, mesmo antes do impacto da política monetária na atividade econômica, previsto para ocorrer a partir de julho. Considerando o acumulado nos últimos 12 meses, o volume de serviços teve alta de 11,7%, em maio e de 10,5%

em junho, mantendo a trajetória descendente iniciada em abril de 2022, quando a taxa de crescimento era de 12,8%. O grupo de serviços prestados às famílias também apresenta desaceleração, apesar de registrar taxas positivas desde março.

Analistas avaliam que, no segundo semestre, o crescimento do PIB será ainda mais desafiador. Alguns não descartam

queda do PIB no terceiro trimestre como reflexo do impacto da alta de juros promovida pelo Banco Central desde março de 2021.

“Os serviços vieram fortes em junho e podem ajudar no resultado do PIB do segundo trimestre, mas a tendência é de desaceleração. O ano de 2022 terá dois semestres bem distintos”, destacou a economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Pelas projeções do Ibre, o PIB do segundo trimestre terá alta de 0,8%, com desaceleração para 0,1% no trimestre seguinte. Segundo a analista, se houver alguma mudança nas estimativas do PIB de abril a junho, as perspectivas para o ano não devem ser alteradas. O instituto prevê avanço de 1,7% no PIB deste ano e queda de 0,3% em 2023.

O economista Sílvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, também não descartou queda no PIB do terceiro trimestre e reconhece que ainda há muitas incertezas para a economia se recuperar de forma mais robusta ao longo do ano. Pelas projeções da Tendências, o PIB

de abril a junho deverá crescer 0,8% e, nos três meses seguintes, encolher 0,4%, nas comparações com o trimestre imediatamente anterior. “Os sinais são mistos e fazem sentido no contexto atual de retomada instável, com inflação elevada e alta forte dos juros”, explicou.

De acordo com Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, os dados de serviços ajudaram a segurar uma indústria e comércio ainda fracos no segundo trimestre, mas não encobrem os sinais de enfraquecimento que devem ficar mais aparentes depois da eleição. Ele avaliou que o pacote de R\$ 41,2 bilhões de benefícios — que começaram a ser pagos nesta semana — não mudará a tendência de desaceleração da atividade em um cenário em que a inflação dos alimentos continua persistente e atinge em cheio os mais vulneráveis. “O pacote não é suficiente para evitar números muitos ruins no terceiro trimestre. E a inflação dos alimentos continuará alta e acima de dois dígitos”, alertou. A MB prevê estagnação no PIB do terceiro trimestre e queda de 0,5% nos três meses seguintes.